



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 0703011/2018			
PA COPAM Nº: 24962/2014/001/2016		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Odovânio Antônio da Silva	CNPJ:	486.080.416-34
EMPREENDIMENTO:	Fazenda Morro Alegre - Gleba 1B – Matr.3.772	CNPJ:	486.080.416-34
MUNICÍPIO(S):	Santa Juliana	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: • Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-04-6	Suinocultura	LAS-RAS	0
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos em regime extensivo	NP	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Matheus Castro Oliveira		REGISTRO: ART 11420180000004639322	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Millene Torres de Oliveira Técnica ambiental		1.368.463-4	Millene Torres de Oliveira Técnico Ambiental DREG - SUPRAM TMAP MASP 1.368.463-4
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental		1.191.774-7	Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Reg. de Regularização Ambiental MASP 1191774-7 SUPRAM TMAP





**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 0497679-2018**

O empreendimento Fazenda Morro Alegre - Gleba 1B – Matr.3.772 atua no ramo agrossilvipastoril, exercendo suas atividades no município de Santa Juliana-MG, estando funcionando por meio de contrato de integração com a empresa BRF S/A. Em 29/04/2016 foi formalizado, na Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o processo de licença de operação corretiva (LOC). Porém com o advento da DN 217/17, o processo em voga, por solicitação do próprio empreendedor, foi reorientado para uma nova modalidade de licenciamento ambiental sendo ele o LAS RAS (Licenciamento Ambiental Simplificado) nº 24962/2014/001/2016, sendo, portanto, analisado via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento são: suinocultura composta por 3.500 animais/leitões em fase de crescimento dispostos em 1 galpão com capacidade máxima de alojamento de 3.500 leitões; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos em regime extensivo conduzida com aproximadamente 50 bovinos de corte. As atividades mencionadas são conduzidas em 10,4540 ha de área total, sendo 8,26 de área útil.

Em relação à regularização do uso/consumo de recursos hídricos, foi informado a existência de 1 processos de outorga referentes a captações em poço tubular sendo ele: nº 12177/2016 (status de análise técnica concluída) destinado a dessedentação animal, consumo humano, lavagem de pisos e equipamentos e outros.

Como principais impactos inerentes a atividade de suinocultura, devidamente registrados no RAS, tem-se, principalmente, a geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos. Quanto aos resíduos sólidos: carcaças de animais mortos (são dispostos em 8 células de composteiras onde permanecem até serem utilizados como adubo orgânico na propriedade); embalagens vazias de medicamento são dispostas em tambores/bombonas identificados e posteriormente coletados por empresa credenciada e contratada pela BRF S/A unidade Uberlândia; o lixo doméstico passa por coleta seletiva e em seguida encaminhado a rede coletora do município de Santa Juliana-MG.

Os efluentes líquidos gerados são: efluentes sanitários que são direcionados a fossas sépticas; os efluentes líquidos da suinocultura (dejetos) são acondicionados em 1 lagoa de estabilização impermeabilizada com manta PEAD 0,8 mm e capacidade de retenção de 1.360 m³. Transcorrido o tempo de permanência na lagoa, o composto é utilizado como adubo orgânico em uma área de 16,68 ha de pastagem do tipo *Brachiaria Decumbens* (sendo 10,98 ha referente a propriedade vizinha com anuência do proprietário Evandro Donizete Ferreira e 5,7 ha na propriedade aqui licenciada) através do método conjunto motobomba mais aspersores do tipo canhão obedecendo a uma taxa de aplicação de 175,65 m³/há/ano, conforme cálculo apresentado nos autos do processo.





Foi apresentado o protocolo de inscrição do imóvel no CAR, Cadastro Ambiental Rural – Recibo número MG-3157708-E5FE933CAADD4B51B2F2F1F1042D0C0A (Fazenda Morro Alegre - Gleba 1B – Matr.3.772) com área de reserva legal declarada de 2,1417 há. Porém, aproximadamente 0,3 há da reserva legal encontra-se desprovida de vegetação, foi comprovado adesão ao PRA – Programa de Regularização Ambiental. Foi informado que a área de preservação permanente encontra-se devidamente protegida e cercada.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Fazenda Morro Alegre - Gleba 1B – Matr.3.772, para a atividade de suinocultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos no município de Santa Juliana-MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

**Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo portanto o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.**





## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda Morro Alegre - Gleba 1B – Matr.3.772”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

## IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*

## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda Morro Alegre - Gleba 1B – Matr.3.772”

#### 1. SOLO

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Nas áreas exploradas com forragicultura (pastagem) <sup>(1,2,3)</sup>	pH, N (Nitrogênio), K (Potássio), P (Fósforo), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre), Na (Sódio), Al (Alumínio), CTC, Matéria Orgânica e Saturação de Bases. Somente no primeiro ano o empreendedor deverá analisar a textura do solo.	Anualmente

(1) Seguir recomendação de adubação elaborada por técnico habilitado para tal, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes.

(2) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm e 20-40 cm, conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pg. 13 -20” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

(3) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados.





**Relatórios:** Enviar à Supram, no 1º ano, no 5º ano e no 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento. *Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Métodos de análise:** Conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pg. 21 - 24” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

## 2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram TMAP, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)





Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.